



6º Encontro Internacional de Política Social **13º Encontro Nacional de Política Social**

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl

Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Educação e política social.

PENSANDO A ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Adriano Ramos de Souza¹
Eduardo Carlos Souza Cunha²
Eucinéia Regina Müller³

O presente trabalho, resultante de um dos motes da nossa pesquisa, tem por objetivo entender a escola pública, suas demandas, historiografia, suas interfaces nas diversas espacialidades e temporalidades ao longo da História da educação. Nesse contexto, discutir a escola pública brasileira e seus alicerces pode contribuir para se compreender os desafios e as possibilidades que se colocaram na evolução do pensamento educacional brasileiro, bem como dos aspectos relacionados à dimensão quantitativa, a partir das avaliações em larga escala, bem como dos objetivos firmados a partir de um modelo prescrito, hegemônico e neoliberal, e a dimensão qualitativa, relacionada à qualidade do ensino público.

Ao se discutir a educação no Brasil, estabelece-se uma comparação entre a escola pública de hoje com a de tempos atrás, problematizando a respeito da diferença qualitativa entre uma e outra. Nessa discussão, há argumentos de que a escola em outros tempos possuía uma quantidade bastante limitada de recursos, e mesmo assim a qualidade do ensino e do aprendizado dos alunos, no tocante ao interesse do alunado e com vistas aos resultados de aprendizagem era considerada muito superior aos resultados atingidos pela escola pública dos dias atuais.

A educação em todas as sociedades sempre foi considerada um elemento básico para estruturação e formação de uma sociedade. No caso da educação brasileira, apresenta-se uma crescente desvalorização relacionada ao processo de formação

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES), pertencente ao grupo de pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo. E-mail: <adriano.souza@ifes.edu.br>.

² Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFES, pertencente ao grupo de pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo. E-mail: <1980.dudu@gmail.com>.

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES), pertencente ao grupo de pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo. E-mail: <eucineiamuller@gmail.com>.

humana, bem como no tratamento dispensado aos professores que ao tentarem atingir aos interesses e as metas estabelecidas pelas políticas neoliberais, acabam por buscar produção e elevação de uma suposta qualidade da educação, a partir de instrumentos avaliativos em larga escala⁴, em atendimento aos interesses e aos objetivos de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ⁵, questão essa, que aponta privilégios dos aspectos quantitativos em contraposição aos aspectos qualitativos.

O corte de investimentos, o descaso e a imposição de modelos educacionais prescritos que desconsideram a espacialidade e a temporalidade do educando tem sido cada vez mais latentes. Em muitos dos diagnósticos para a chamada “queda de qualidade da escola pública” no Brasil, recorre-se à tese de que a escola pública piorou a partir do momento em que os mais pobres passaram a ter acesso a essa escola e nesse viés a acelerada “democratização” da escola pública, em finais do século XX, tem enormes impactos no sistema como um todo e principalmente na formação de professores, bem como nas condições e políticas de financiamento.

Nesse viés dialogando com a teoria de Marx (2004) que nos instiga analisar as esferas alienantes da sociedade, pensadas a partir de modelos hegemônicos e neoliberais, a problemática da “baixa qualidade da escola pública” é uma complexidade latente que apresenta marcas e traços desiguais. Nesse sentido, é preciso rever os nossos consensos, problematizar e fazer releituras das mudanças sociais, e compreender que a educação e a sociedade não estão dissociadas, considerando que teremos qualidade se houver um efetivo engajamento de todos, principalmente do Estado com políticas públicas que corroborem para a qualidade na educação.

Referências

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁴ Conjunto de avaliações externas em larga escala na Educação Básica nas escolas públicas brasileiras pautadas nos ideais do Banco Mundial em analisar as demandas sociais e econômicas em ação conjunta com Ministério da Educação e Cultura – MEC, interessados em realizar uma ampla avaliação do ensino público.

⁵ De acordo com o MEC, a Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.